

Petição

Sobre a posição dos funcionários não docentes da Universidade do Minho face ao Novo Regime Jurídico da Instituições de Ensino Superior.

O Regime Jurídico da Instituições de Ensino Superior (RJIES) está prestes a ser colocado à discussão na Assembleia da República, após aprovação em Conselho de Ministros.

Este documento incorpora um conjunto vasto alterações estruturais ao quadro de funcionamento das Universidades e Institutos Politécnicos.

Com esta proposta a Autonomia Universitária é atingida mortalmente e o novo modelo de funcionamento, no que aos órgãos de gestão diz respeito, altera de forma radical o quadro vigente até aqui.

A alteração proposta da forma de eleição do Reitor no lugar de consagrar a ideia consensual de eleição através de sufrágio universal ponderado pelos corpos de funcionários docentes, funcionários não docentes e alunos, aponta para uma quase nomeação do Reitor por um novo órgão – Conselho Geral – cuja representatividade poderá ser diminuta, para não dizer inexistente, em termos da Academia.

No que se refere em particular aos funcionários não docentes, a participação destes nos órgãos de gestão das universidades torna-se, senão inexistente, pelo menos residual. Deixará assim este corpo de funcionários de ter um papel activo e relevante na gestão das Universidades e Institutos Politécnicos.

Os funcionários não docentes representam uma realidade incontornável no seio das Universidades e Institutos Politécnicos, constituindo-se como parte indispensável para o normal funcionamento das instituições. Cercear a sua representatividade é atentar contra princípios básicos de representatividade democrática.

Em paralelo, as alterações profundas propostas em termos de regime de vínculos, carreiras e de remunerações, a indefinição relativa às progressões no curto prazo associada ao processo de Avaliação do Desempenho, deixa os funcionários públicos em geral e os funcionários não docentes da Universidade do Minho em particular, sem bases para poderem projectar os seus anseios e as suas expectativas futuras.

Os funcionários da Administração Pública constituem neste momento um alvo fácil da demagogia de alguns políticos e “Opinion Makers” do nosso país. Não é denegrindo a imagem dos funcionários junto da opinião pública que se conseguirá chamá-los a participar de forma positiva e inclusiva nos desafios que se colocam à Administração Pública.

Assim, os abaixo assinados, funcionários não docentes da Universidade do Minho vêm sensibilizar os senhores deputados no sentido de, na discussão do diploma em sede da Assembleia da República, serem tidas em linha de conta as preocupações ora manifestadas.

Universidade do Minho, 18 de Junho de 2007

Os proponentes: *Luis Carlos Ferreira Fernandes e Fernando Manuel da Silva Parente*

Nota: Agradecemos o envio da lista de subscritores (digitalizada) para email: parente@sas.uminho.pt ou luisc@adm.uminho.pt ou para o fax: 253-601451, ou por correio interno para os proponentes.